



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

### CONCLUSÃO

Em 10/10/2013, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu,

, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0001039-32.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **Carmelita Maria da Silva Campos**  
 Requerido: **Banco do Brasil**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Carmelita Maria da Silva Campos** move ação em face de **Banco do Brasil S/A**, alegando ser professora III da Prefeitura Municipal local, desde 1988, sendo que seus vencimentos são depositados em conta salário no banco réu. Em setembro de 2012, o réu descontou dessa conta salário R\$ 1.271,79, a título de empréstimos consignados, tanto que a autora só recebeu o líquido de R\$ 3,42. Os contratos bancários celebrados entre as partes permitiram à autora cobrir o saldo negativo daquela conta. Essa conduta do réu afeta seu direito à vida. Causou-lhe danos morais dada à flagrante abusividade da conduta do réu. Pede a liminar para compelir o réu a estornar 70% dos valores retidos da sua conta salário. Ao final, pede a procedência da ação para compelir o réu a se abster de descontar acima de 30% dos seus vencimentos municipais creditados naquela conta salário valores, destinados à amortização de empréstimos contratuais, sob pena de multa diária, além da condenação do réu a lhe pagar indenização por danos morais no valor de 100 salário mínimos. Documentos às fls. 11/19.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

A antecipação dos efeitos da tutela foi concedida às fls. 20/21. O réu foi citado e contestou às fls. 25/47 dizendo que a inicial é inepta quanto ao pedido de indenização por danos morais, já que não caracterizados. Contratos bancários entre as partes autorizaram os descontos, que se mostram legítimos. A autora quem tomou dinheiro emprestado e concordou com o desconto em folha de pagamento. O contrato tem força obrigatória para os contratantes. Improcede a ação.

Réplica às fls. 55/66. Documentos às fls. 68/96. Debalde a tentativa de conciliação: fl. 108.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Impõe-se o julgamento antecipado da lide consoante o inciso I, do artigo 330, do CPC. Dilação probatória é manifestamente desnecessária e não acrescentaria absolutamente nada de útil ao acervo probatório. A prova documental existente nos autos mostra-se suficiente para o desate do litígio.

A inicial não se ressentir de vício algum quanto aos fundamentos e pedido de indenização por danos morais. A autora partiu da premissa de que o fato do réu ter retido a integralidade de seu salário para amortizar parcialmente débitos de contratos de empréstimo, acabou atingindo seus direitos de personalidade, principalmente o direito fundamental à vida e, portanto, a sua dignidade. A inicial está assim suficiente, tanto que permitiu ao réu o exercício amplo do direito de defesa. Afasto a preliminar suscitada em contestação.

A autora comprovou às fls. 12/19 que o réu reteve para si praticamente a integralidade dos vencimentos da autora para compensar seu crédito contratual. A conta bancária de fl. 19 tem como finalidade precípua a creditação do salário da autora, pago pela Prefeitura Municipal de São Carlos (fl. 12).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

Admite-se o desconto salarial em até 30% para compensar crédito do réu, previsto em contrato. Esse é o limite legal de desconto salarial mesmo existindo múltiplos contratos bancários entre as partes. Trata-se de critério razoável que tem como objetivo preservar para o mutuário o seu direito à sobrevivência. A vida humana está em primeiro plano. O réu agiu de modo hostil, tomando do salário da autora praticamente a sua totalidade, indiferente pois ao elementar direito à vida da autora.

Razoável pois que se mantenha o desconto em favor do réu de 30% dos vencimentos da autora, valor creditado naquela conta salário. Acima disso configurou excessivo e inaceitável abuso. O réu transpôs os limites do razoável e da proporcionalidade. Cláusula contratual prevendo descontos salariais que ultrapassem referido limite caracteriza-se por indistigável abusividade, portanto, mostra-se írrita.

Evidente que o réu praticou danos morais em prejuízo da autora. No mês de setembro/12, deixou-a a ver navios quanto à parte substancial de seu salário que seria utilizado para atender seus reclamos alimentares. A experiência comum revela que nessas circunstâncias a pessoa atingida sofre forte impacto emocional, dor psíquica, beira ao desespero, e isso basta para caracterizar o dano moral.

Arbitro a indenização por danos morais a ser paga pelo réu à autora no valor de R\$ 5.000,00, suficiente para compensar esses danos vivenciados pela autora e ao mesmo tempo para estimular a ré a não reincidir nessa conduta. O valor mostra-se razoável.

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para: **a)** confirmar a decisão de fl. 20; **b)** condenar o réu a se abster de descontar da conta salário da autora valor que supere os 30% dos vencimentos líquidos da mesma, para destiná-los à amortização de dívidas de empréstimos; **c)** condenar o réu a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00, com correção monetária a partir da publicação desta sentença em cartório, juros de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

mora de 1% ao mês contados da citação e 20% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação da letra "c" e custas processuais. Depois do trânsito em julgado, abra-se vista à autora para, em 10 dias, formular requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, nos termos do artigo 475-B e J, do CPC. Vindo esse requerimento intime-se o réu nos termos do artigo 475-J, do CPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios de 10% do valor atualizado da letra "c". Não sendo pago o valor da condenação no prazo do artigo 475-J, do CPC, abrir-se-á vista à autora para indicar bens do réu aptos à penhora.

P.R.I.

São Carlos, 15 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**